

N. F. Nº - 217449.0058/20-6  
NOTIFICADO - J MACEDO S/A  
NOTIFICANTE - RAIMUNDO COSTA FILHO  
ORIGEM - IFMT METRO

**6ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL**

**ACÓRDÃO JJF Nº 0107-06/21NF-VD**

**EMENTA:** ICMS. REMESSA DE MERCADORIA PARA ZONA FRANCA DE MANAUS – FALTA DE EMISSÃO DO PIN - Contribuinte deixou de apresentar o PIN nas saídas de mercadorias para Zona Franca de Manaus conforme Convênio ICMS 134/19. Contribuinte comprovou a emissão do PIN como estabelece o Convênio ICMS 134/2019 em vigor desde 12/07/2019. Infração insubsistente. Instância única. **IMPROCEDENTE.** Decisão unânime.

**RELATÓRIO**

Trata-se de Notificação Fiscal, lavrada em 13/08/2020, em que é exigido o ICMS no valor de R\$12.335,42, e multa de 60% no valor de R\$7.401,26, perfazendo um total de R\$19.736,68, pela falta de emissão do PIN-e na remessa de mercadorias para a Zona Franca de Manaus.

Infração 01- 58.01.04 Falta de destaque do ICMS nas saídas de mercadorias para a Zona Franca de Manaus sem ter sido feita a prévia comunicação à repartição fazendária do seu domicílio fiscal e, consequentemente, sem o documento fiscal estar devidamente visado.

Enquadramento Legal: art.1º, inciso I e art.38 da Lei 7.014/96 c/c art.265, inciso XII, § 1º do RICMS, publicado pelo Decreto nº 13.780/12. Multa prevista no art.42, II, “f”, da Lei nº 7.014/96.

O Notificante assim descreveu no Termo de Apreensão nº 2174491043/19-9 a motivação da lavratura da Notificação Fiscal:

“Aos dias, mês e hora do ano em curso, no exercício regular das funções fiscalizadoras, constatamos a irregularidade no veículo placa CVN1173/KCX7154, que transportavam as mercadorias 800 cx de biscoitos s. plus Águia e 1.320 cx biscoito cream cracker, constantes do(s) Danfe(s) chave(s)

29200814998371003215550000001896581639695348 (NFe nº 189658)

29200814998371003215550000001896571582928040(NFe nº 189657)

29200814998371003304570000002716761587644638(CTe nº 271676)

29200814998371003304570000002716751586438069 (CTe nº 271675)

29200814998371003304580000000845011629529830 MDFe nº 84501)

Operação destinada a empresa Coimbra Importação e Exportação Ltda CNPJ 06.151.921/0003-01 em Guajara-Mirim/RO (ZFM) desacompanhada do PIN (Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional). O PIN, documento obrigatório para acobertar Operação para Zona Franca de Manaus, conforme previsto no Convênio ICMS 134/19 e RICMS.

O contribuinte deixou de emitir e apresentar ao Preposto Fiscal do PFHV, estando a Operação irregular pela falta do PIN, ficando sujeita ao recolhimento do ICMS e seus acréscimos legais.

E, como prova do ilícito fiscal foi feita a apreensão das mercadorias e da documentação fiscal”.

Constam no processo os seguintes documentos: Termo de Apreensão nº 2174491019/20-4 (fls.04/05); DANFES nº 189657, 189658 (fls. 09/10); DACTES 271675 e 271676 (fls.07/08); cópia dos

documentos do motorista e do veículo. (fl. 14).

A Notificada entrou com a justificação através de advogado, com anexo (fls.20 a 53).

Diz que a autuada é uma empresa de destaque em todo território nacional, que atua, a mais de 80 anos, na industrialização e comercialização de farinha de trigo e seus derivados, pautando-se sempre em uma postura responsável, recolhendo todos os tributos que lhe são devidos e questionando judicial ou administrativamente aqueles que lhe são cobrados ao arrepio da lei e da constituição, a despeito de tal foi surpreendida com a lavratura do presente auto de infração, decorrente de uma suposta não emissão do Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional Eletrônico (PIN-e) para acobertar operações com destino à Zona Franca de Manaus, porém esta acusação fiscal não deve prosperar, por duas razões:

- 1- Os PINs relacionados aos DANFES listados na autuação foram devidamente emitidos pelo Impugnante, conforme documentação em anexo (doc.03), razão pela qual a conduta apontada na autuação não foi observada na realidade.
- 2- Mesmo que a infração restasse configurada, a não emissão de PIN-e representa mero descumprimento de obrigação acessória, que, portanto, não autoriza a cobrança do imposto e a aplicação da multa trazida no auto impugnado.

Ressalta que da leitura da legislação que serviu de enquadramento legal da infração, extrai-se que as operações com produtos industrializados de origem nacional, quando destinadas à Zona Franca de Manaus são abarcadas pela isenção, os incisos do § 1º, por sua vez, cuidam de listar diversas obrigações acessórias relacionadas a essas operações isentas. No que se refere à emissão de PIN-e, objeto de autuação, destaca-se o inciso VII, acima colacionado, que exige a observância às disposições do Convênio ICMS nº 36/97, que foi revogado pelo Convênio ICMS nº 23/2008.

Esse Convênio traz justamente as regras relacionadas à emissão do PIN-e, prevendo os procedimentos a serem adotados por todos os sujeitos da operação com o fito de formalizar o ingresso da mercadoria na Zona Franca, onde o inciso I da Cláusula Quarta exige que o Remetente, antes mesmo da saída da mercadoria do seu estabelecimento, registre os dados da nota fiscal da operação no sistema de controle da SUFRAMA, gerando o PIN-e, que foi cumprida pelo Impugnante. (doc.03)

Ademais, inexistente qualquer dispositivo da legislação Baiana que condicione as isenções das operações destinadas à Zona Franca à emissão do PIN-e. Assim, uma vez que os benefícios fiscais são interpretados de forma literal, por força do que determina o art. 111, II, do CTN, a ausência de dispositivo expresso afasta qualquer interpretação nesse sentido, logo, constatado a validade das isenções, inexistente qualquer prejuízo ao erário, mesmo que de fato os PIN-e não tivessem sido emitidos. Conforme demonstrado, não houve descumprimento da obrigação tributária principal, razão pela qual não poderia ser aplicado o art. 42, inciso II, “f” e sim o que está previsto no artigo 42, inciso XXII da Lei 7.014/96.

Diante do exposto, requer-se:

- a) Que seja julgado totalmente improcedente o auto de infração em tela, uma vez que foi completamente correto o procedimento aplicado para emissão do PIN-e;
- b) Ainda, a improcedência do auto de infração, na parte em que cobra o recolhimento do ICMS, uma vez que a falta de emissão do PIN, caso tivesse realmente ocorrido, configuraria mero descumprimento de obrigação acessória;
- c) Por fim, superados os pedidos anteriores, o reenquadramento da penalidade aplicada ao presente caso para aquele disposto no art. 42, inciso XXII, da Lei 7.014/96.

## VOTO

Essa Notificação Fiscal foi lavrada com o objetivo de cobrar o ICMS das mercadorias enviadas para a Zona Franca de Manaus, pela falta de emissão do Protocolo Nacional Eletrônico (PIN-e).

A remessa de mercadorias para a Zona Franca de Manaus é isenta de ICMS e está regulamentado pelo art. 265, inciso XII do RICMS/BA e os procedimentos relativos aos controles do ingresso de produtos industrializados de origem nacional na Zona Franca de Manaus, estão estabelecidos pelo Convênio ICMS 134/2019 de 05 de julho de 2019.

Conforme o Convênio ICMS 134/2019, que revogou o Convênio ICMS 23/2008, foi instituído pelo SUFRAMA o Sistema eletrônico que servirá para controle e fiscalização das operações previstas neste convênio. O Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional Eletrônico - PIN-e gerado no sistema previsto no caput desta cláusula, é documento obrigatório e de responsabilidade do remetente das mercadorias, para estas operações, que fará a solicitação de Registro Eletrônico para a geração do PIN-e.

*Art. 265. São isentas do ICMS:*

*(...)*

*XII - as operações com produtos industrializados de origem nacional, nas saídas para comercialização ou industrialização na Zona Franca de Manaus, exceto armas, munições, perfumes fumo, bebidas alcoólicas, automóveis de passageiros e açúcar de cana, observado o disposto no § 1º deste artigo e as condições a seguir (Conv. ICM 65/88):*

*(...)*

*a) salvo disposição em contrário, o benefício é condicionado a que o estabelecimento destinatário esteja situado no Município de Manaus;*

*(...)*

*c) a isenção é condicionada à comprovação da entrada efetiva dos produtos no estabelecimento destinatário;*

*(...)*

*e) o benefício e as condições contidos neste inciso ficam estendidos às operações de saídas dos referidos produtos para comercialização ou industrialização:*

*(...)*

*3 - na Área de Livre Comércio de Guajaramirim, no Estado de Rondônia (Conv. ICMS 52/92);*

## CONVÊNIO ICMS 134/19, DE 5 DE JULHO DE 2019

Publicado no DOU de 12.07.19, pelo Despacho 50/19.

Alterado pelo Conv. ICMS 237/19.

Dispõe sobre os procedimentos relativos ao ingresso de produtos industrializados de origem nacional na Zona Franca de Manaus, nos Municípios de Rio Preto da Eva (AM), Presidente Figueiredo (AM) e nas Áreas de Livre Comércio, com isenção do ICMS.

O Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, e a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA, na 173ª Reunião Ordinária do CONFAZ, realizada em Brasília, DF, no dia 5 de julho de 2019, tendo em vista o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte

## C O N V Ê N I O

### CAPÍTULO I

### DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula primeira A Superintendência da Zona Franca de Manaus -SUFRAMA - e as Secretarias de Estado da Fazenda e Finanças dos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Roraima e Rondônia - SEFAZ - promoverão ação integrada de fiscalização e controle das entradas de produtos industrializados de origem nacional, remetidos a destinatários localizados na Zona Franca de Manaus, nos Municípios de Rio Preto da Eva (AM),

Presidente Figueiredo (AM) e nas Áreas de Livre Comércio, com isenção do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, prevista no Convênio ICM 65/88, de 6 de dezembro de 1988, Convênio ICMS 52/92, de 25 de junho de 1992 e o Convênio ICMS 49/94, de 30 de junho de 1994.

§ 1º A ação integrada prevista no caput desta cláusula tem por objetivo a comprovação do ingresso de produtos industrializados de origem nacional nas áreas incentivadas.

§ 2º Toda entrada de produtos com incentivos fiscais prevista no caput desta cláusula fica sujeita, também, ao controle e fiscalização da SUFRAMA, no âmbito de suas atribuições legais, que desenvolverá ações para formalizar o ingresso na área incentivada.

§ 3º Para os efeitos deste convênio, o remetente e o destinatário deverão estar regularmente inscritos no Sistema de Cadastro da SUFRAMA e da SEFAZ.

Cláusula segunda Sistema eletrônico instituído pela SUFRAMA servirá para controle e fiscalização das operações previstas neste convênio.

Parágrafo único. O Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional Eletrônico - PIN- e - gerado no sistema previsto no caput desta cláusula, é documento obrigatório para estas operações.

## CAPÍTULO II

### DO INGRESSO

Cláusula terceira A regularidade fiscal das operações de que trata este convênio será efetivada mediante a disponibilização do internamento na SUFRAMA como evento na Nota Fiscal Eletrônica – NF-e.

Parágrafo único. Considera-se não efetivada a internalização a falta de registro do evento após o prazo de 120 (cento e vinte) dias contados a partir da data de emissão da NF-e, exceto nos casos de vistoria extemporânea, requerida neste prazo.

#### Seção I

##### Do Ingresso

Cláusula quarta A formalização do ingresso nas áreas de que trata este convênio dar-se-á no sistema de controle eletrônico, previsto na cláusula segunda deste convênio, mediante os seguintes procedimentos:

- I - solicitação de Registro eletrônico, sob responsabilidade do remetente, para geração do PIN-e;
- II - confirmação do Registro eletrônico, pelo destinatário, antes do ingresso dos produtos nas áreas incentivadas de que trata este convênio, para geração do PIN-e;
- III - desembaraço da NF-e na SEFAZ do estabelecimento destinatário;
- IV - confirmação pelo destinatário no sistema de que trata o caput, do recebimento dos produtos em seu estabelecimento, após procedimento do inciso III do caput desta cláusula;
- V - disponibilização do canal de vistoria pelo sistema de que trata o caput desta cláusula, conforme critérios de parametrização adotados pela SUFRAMA;
- VI - cruzamento dos dados de desembaraço da SEFAZ do estabelecimento destinatário;
- VII - realização da vistoria física e/ou documental, pela SUFRAMA, conforme o canal de vistoria parametrizado;
- VIII - disponibilização do internamento na Suframa como evento na NF-e.

Parágrafo único. O registro eletrônico prévio dos dados da NF-e, do Conhecimento de Transporte – CT-e – e do Manifesto Eletrônico de cargas – MDF-e – no sistema de que trata esta cláusula, é de responsabilidade dos respectivos estabelecimentos emitentes.

A Notificada informa que esta autuação não merece ser acolhida porque os PINs-e relacionados aos DANFES listados na autuação foram devidamente emitidos pelo Impugnante, conforme documentação em anexo, razão pela qual a conduta apontada na autuação não foi observada na

realidade, e que mesmo que a infração restasse configurada, a não emissão de PIN-e representa mero descumprimento de obrigação acessória, que, portanto, não autoriza a cobrança do imposto e a aplicação da multa trazida no auto impugnado, solicitando desta forma, a improcedência total da Notificação Fiscal ou a transformação em penalidade por descumprimento de obrigação acessória.

Analisando a documentação anexa à defesa, encontro cópias dos documentos gerados pelo SUFRAMA (fls.51 e 53) onde constam os seguintes dados:

PIN- Protocolo de Ingresso de Mercadoria Nacional nº 126461720 e 126461820.

Data da Geração: 14.08.2020

Destinatário: Coimbra Importação e Exportação Ltda

Baseado nas informações contidas na documentação, apresentada pela Impugnante, entendo que foram cumpridos os procedimentos determinados no Convênio ICMS 134/2019, na remessa das mercadorias em questão para a Zona Franca.

Ressalto que, com entrada em vigor do Convênio ICMS 134/2019, foi retirada da Cláusula quarta, I, a obrigatoriedade do registro eletrônico pelo remetente, antes da saída da mercadoria do seu estabelecimento, que existia no Convênio ICMS 23/2008, restando tão somente a obrigatoriedade do registro eletrônico sem data determinada, devendo ter a confirmação do Registro eletrônico, pelo destinatário, antes do ingresso dos produtos nas áreas incentivadas de que trata este convênio, para geração do PIN-e.

De tudo exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA da Notificação Fiscal.

#### **RESOLUÇÃO**

ACORDAM os membros da 6ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, em instância única julgar **IMPROCEDENTE** a Notificação Fiscal nº 217449.0058/20-6, lavrada contra **J MACEDO S/A**.

Sala Virtual das Sessões do CONSEF, 09 de março de 2021

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE/JULGADOR

EDUARDO DUTRA FREITAS – JULGADOR

JOSÉ CARLOS COUTINHO RICCIO - RELATOR